



# CLIPPING



09 de  
NOVEMBRO  
2022

## MANDADOS DE PRISÃO

# PF investiga milícias no Pará e em mais sete Estados

**OPERAÇÃO** - Estimativa é de que os grupos criminosos tenham movimentado mais de R\$ 1 bilhão em atividades ilegais, como tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e segurança privada ilegal



**Ao todo** os agentes cumpriram 246 mandados, sendo 110 de prisão e 136 de busca e apreensão. No Rio, os criminosos exploravam o comércio ilegal de armas de fogo.

VICTOR FURTADO  
DA REDAÇÃO

A Polícia Federal deflagrou, na manhã de ontem, uma operação contra milícias que podem ter movimentado mais de R\$ 1 bilhão em atividades ilegais em oito Estados do Brasil, incluindo o Pará, num período de pouco mais de um ano (outubro de 2021 a novembro de 2022). Ao todo, os agentes cumpriram

**Foram identificados indivíduos que forneciam grandes quantidades de cocaína para outros traficantes**

246 mandados, sendo 110 de prisão e 136 de busca e apreensão. Estão sendo investigados crimes como são tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e segurança privada ilegal.

Os mandados foram expedidos pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia (MG), nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins e Roraima. Em relação

ao tráfico de drogas, foi possível identificar indivíduos que atuavam no fornecimento de grandes quantidades de cocaína para outros traficantes de drogas, principalmente localizados no Triângulo Mineiro, como informou a PF, por nota.

“Em relação à milícia carioca, foi identificado um grupo atuante na região da Baixada Fluminense, com atividade voltada à exploração do serviço clandestino de ‘segurança armada’ para o transporte de cargas de grandes empresas, cujos parques industriais estão sediados naquela região. Tal grupo contava com a atuação de servidor público da área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e explorava, também, o comércio ilegal de armas de fogo (fuzis)”, diz a nota da PF.

Os grupos criminosos citados, explicou a PF, foram identificados “...a partir do rastreamento das atividades de célula criminosa localizada na região do Triângulo Mineiro, especializada na lavagem de dinheiro para diversos criminosos localizados em várias unidades da federação. Tal célula administrava inúmeras contas bancárias em

nome de terceiros e em nomes falsos, a fim de burlar a ação de órgãos de fiscalização”.

O valor de R\$ 1 bilhão, como apontam as investigações, foi destinado à compra de fazendas, casas, apartamentos, embarcações e veículos de luxo. As contas bancárias utilizadas no esquema e o patrimônio identificado foram bloqueados por determinação judicial. Essa operação é um desdobramento da operação “Balada”, de outubro de 2021, que cumpriu 236 mandados de prisão e 228 de busca e apreensão.

A operação “Balada” foi desencadeada no dia 5 de outubro de 2021, e ao menos 100 alvos foram presos e encaminhados para as unidades prisionais em Uberlândia. Mandados também foram cumpridos em outras cidades de Minas Gerais, além dos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Alagoas, Tocantins e Espírito Santo. A operação “Balada” tem esse nome pelo fato de os investigados ostentarem em redes sociais a realização de diversas festas de luxo, sendo algumas até em outros países com altos gastos com uso de iates e carros esportivos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Acusado de três estupros é detido em Parauapebas

**SAUL ANJOS**  
DA REDAÇÃO

A Polícia Civil (PC) cumpriu o mandado de prisão preventiva contra Thiago Silva de Jesus, na última segunda-feira (7), em Parauapebas, região sudeste do Pará. Ele é acusado de cometer três crimes de estupro na área do complexo VS 10, um loteamento que fica distante cerca de 15 quilômetros do centro do município. As autoridades não divulgaram informações sobre os crimes realizados pelo suspeito.

Thiago foi localizado dentro de um estabelecimento comercial de Parauapebas. Ele foi levado

até à Delegacia de Polícia Civil de Parauapebas, onde prestou depoimento.

A reportagem solicitou mais detalhes sobre o caso à PC. Em nota, a polícia confirmou a prisão de Thiago e também informou que ele está à disposição do Poder Judiciário. “A Polícia Civil informa que deu cumprimento, na última segunda-feira (7), a um mandado de prisão preventiva contra um homem suspeito de cometer três crimes de estupro, no município de Parauapebas. Ele foi encaminhado à unidade policial e, após os procedimentos cabíveis, ficará à disposição do Poder Judiciário”, diz o comunicado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# LADRÃO FOGE APÓS O CRIME, MAS ACABA PRESO ROUBOU E ESFAQUEOU

Jonas de Jesus dos Santos Araújo foi detido por uma guarnição da Polícia Militar, no município de Muaná, na Ilha do Marajó, depois de atacar violentamente Wanderley José de Oliveira, dentro da casa da vítima



O assaltante foi pego junto com a arma usada para ferir a vítima de roubo  
FOTOS: DIVULGAÇÃO

## FLAGRANTE

JR Avelar

Quando gritaram em Salvaterra, na Ilha do Marajó “olha da faca!” já era tarde. Um desconhecido esfaqueou gravemente Wanderley José de Oliveira e não demorou para pagar pelo crime ao ser preso em flagrante pelo subtenente Edival, comandante do 73º Pelotão Policial Destacado de Salvaterra.

Segundo o registro do fato, por volta das 8h45, Raimundo José de Oliveira acionou a guarnição de serviço para relatar que

um criminoso conhecido apenas por um apelido tinha esfaqueado Wanderley José de Oliveira dentro da residência da vítima.

O denunciante relatou ainda que o suspeito fez jus ao apelido e como uma “bala” fugiu, enquanto a vítima era levada ao hospital de Salvaterra para receber atendimento médico.

De imediato, a guarnição de serviço realizou buscas e descobriu que o esfaqueador entrou na casa de Carlos Alberto Lima do Nascimento, roubou uma bicicleta cor rosa e depois fugiu.

Duas horas após várias diligências nas ocupações Nova Colônia, São Veríssimo e vila do Caldeirão, o suspeito foi localizado

e detido no quintal de uma casa localizada na rua do Mineiro, na ocupação São Veríssimo, e com o criminoso foi encontrada uma faca com lâmina inox que foi utilizada para cometer o crime e a bicicleta produto do roubo.

## CIRURGIA

A guarnição se deslocou até o hospital para saber o estado de saúde da vítima e recebeu informações de que Wanderley José de Oliveira havia recebido duas facadas, sendo uma na região das costas, ao lado esquerdo, e outra próximo à axila direita, e estava sendo submetido a um procedimento cirúrgico, uma vez que corria risco de morte.

O autor do crime foi então identificado como Jonas de Jesus dos Santos Araújo, residente da ocupação Nova Colônia, que foi conduzido juntamente com o material apreendido e apresentado na delegacia de Polícia Civil de Salvaterra para responder por tentativa de homicídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



**QUARTA-FEIRA**

**MULHER USA AUXÍLIO BRASIL  
PARA INVESTIR EM DROGAS.**  
PÁGINAS 4 E 5

**Diário do Pará**

# POLÍCIA

## ESQUEMA DENTRO DE CASA

# CAPTURADO COM ENTORPECENTES



**Davi Rodrigues dos Santos foi capturado por policiais civis, em Parauapebas**  
FOTOS: DIVULGAÇÃO

### TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

**H**á alguns dias, a Polícia Civil de Parauapebas, na região sudeste do Pará, recebia denún-

cias sobre um esquema de tráfico de drogas que funcionava em uma casa no bairro Rio Verde, um pouco afastado do centro. A denúncia partia de pessoas incomodadas com a presença de viciados e o aumento da mancha criminal nos arredores com furtos, roubos e assaltos. Uma pessoa foi presa.

A casa fica na rua Rio de Janeiro, para onde foram deslocados policiais civis da Delegacia de Homicídios e Combate ao Tráfico de Drogas de Parauapebas.

Foram necessários dois dias para as investigações avançarem, e após todo o esquema ser mapeado, os policiais civis lograram

êxito em prender em flagrante, dentro da sua residência, um rapaz identificado como Davi Rodrigues dos Santos, responsável pelo esquema criminoso.

Em posse dele foi encontrada uma quantidade de 2,67 quilos de substância análoga à maconha, 373 gramas de uma substância branca, análoga à cocaína, bem como uma balança de precisão.

Estava configurado aquilo que a denúncia relatava, corroborando com os levantamentos dos policiais civis. Davi Rodrigues dos Santos recebeu voz de prisão e, posteriormente, acabou conduzido até a Delegacia de Polícia Civil de Parauapebas, para ser submetido às medidas administrativas cabíveis pela autoridade policial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## Judiciário paraense assina termos de cooperação na área socioeducativa

• 8 de novembro de 2022



*Juiz auxiliar da Presidência do CNJ, juiz Edinaldo César Santos Junior participou da cerimônia - Foto: Érika Miranda/TJPA*

### Compartilhe

O Tribunal de Justiça do Pará assinou dois termos de cooperação, nesta segunda-feira, 7, que trataram da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo e do Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa, ambos do Estado do Pará. As duas políticas públicas integram o conjunto de ações induzidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do programa Fazendo Justiça, realizado em parceria com o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para acelerar transformações no campo da privação de liberdade.

Os documentos foram assinados pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio de sua presidente, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do juiz Edinaldo César Santos Junior, na ocasião representando a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber; pelo procurado-geral do Ministério Público do Pará (MPPA), César Bechara Nader Mattar Júnior; pela Defensoria Pública, por meio de sua defensora Luciana Filizzola; pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), por meio de seu presidente Luiz Celso da Silva; e pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, por meio do seu secretário Inocêncio Gasparim.

A Central de Vagas, gerida pelo Poder Executivo e que deve ser implementada de forma colaborativa com o Sistema de Justiça, vai gerir e coordenar as vagas em unidades de atendimento socioeducativo. A ideia é qualificar a porta de entrada do meio fechado do sistema socioeducativo, além de fiscalizar para que as unidades não ultrapassem 100% de sua capacidade, conforme prevê a decisão do HC 143.988/ES.

As duas iniciativas foram muito comemoradas pelas entidades que fazem parte da rede socioeducativa do Estado. A defensora pública Luciana Filizzola ressaltou que há tempos se fazia necessário o melhor controle das unidades socioeducativas ao se referir à Central de Vagas. “Esse órgão deixará tudo mais organizado e isso nos toca no nosso trabalho diário”, afirmou. Já o titular da FASEPA, Luiz Celso da Silva, se referiu às medidas como um grande marco para a fundação. “Essa parceria é muito importante na defesa do direito das minorias”, revelou.

O procurador-geral de Justiça, César Bechara, lembrou que trata-se de um área delicada e que é preciso sempre fortalecer as políticas públicas para esse público. “Fico muito feliz de fazer parte desse momento. É mais um passo importante do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Temos muito ainda para avançar nessa área tão delicada do nosso sistema de Justiça”.

A deputada estadual Nilce Pinheiro, representando a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), destacou a impotência das políticas públicas aos jovens. “No Estado do Pará, nós temos um avanço muito grande nas ações socioeducativas e com aumento de vagas no sistema”. Os termos também foram celebrados pelo juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Vanderley de Oliveira Silva, que disse que as ações estão reverberando o marco nacional da Infância e Juventude, abarcado na Constituição Brasileira de 1988, e que Estado, sociedade e família devem dividir a responsabilidade na proteção de crianças e adolescentes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Por último, falou o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Edinaldo César Santos Junior. O magistrado afirmou que as ações eram para evitar as superlotações e enfrentar os desafios estruturais do sistema. Ele afirmou que é preciso mudar a mentalidade punitiva que predomina no âmbito da prática infracional. Segundo o juiz, o público-alvo acaba desumanizado e agredido em sua dignidade humana.

No Pará, a gestão de vagas existe desde 2016 e terá seus fluxos otimizados com o novo acordo, por meio da criação da Central de Vagas, em consonância com os preceitos da Resolução do CNJ nº 367/2021. Atualmente, é uma unidade administrativa da Fasepa, com atividades regulamentadas pela Portaria n. 420/2016, a responsável pela gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória da Fasepa. A resolução conjunta, reunindo CNJ, TJPA, FASEPA, DPE, MPPA e o Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente (CEDCA), permitirá atuação de forma cooperativa para garantir a qualificação de seu funcionamento.

O Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa visa dar apoio aos jovens na transição da extinção da medida socioeducativa de internação ou semiliberdade (fase conclusiva) e em até um ano após o seu cumprimento. A intenção é auxiliar na construção de novos vínculos com a comunidade e políticas públicas. As internas e os internos poderão aderir ao programa de forma voluntária.

No Pará, as ações de implementação, acompanhamento e avaliação do Programa Pós-medida serão desenvolvidas a partir de ação conjunta entre o CNJ, o TJPA e o Governo do Estado do Pará, representado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual. O órgão responsável pela gestão direta do programa é a Fasepa e o nome utilizado é “Fique de Boa em Seu Município”.

Capacitação – A Escola Judicial do TJPA promove nos dias 8 e 10 de novembro, das 8h às 18h, as oficinas de formação das metodologias em ambos os temas. As oficinas têm como objetivo capacitar as equipes técnicas e de gestão das instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos – SGD e da Comissão Interinstitucional do SINASE. A EJPA informou, via e-mail, as instituições acerca das inscrições.

A cerimônia de assinatura dos termos foi acompanhada pelas desembargadoras Maria de Nazaré Saavedra, Rosi Maria Gomes de Farias, Luzia Nadja Guimarães Nascimento, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará); e pelos desembargadores Roberto Moura, vice-presidente do TJPA eleito para o biênio 2023-2025, e José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, corregedor-geral de Justiça eleito para o biênio 2023-2025.

Fonte: [TJPA](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## BELÉM

Defensoria Pública realiza mutirão conciliatório na sexta (11) em Belém; saiba como participar

A ação, que é realizada em parceria com Ministério Público do Pará (MPPA), busca no processo conciliatório a resolução permanente de conflitos pré-processuais, ou seja, não judicializados

O Liberal

08.11.22 23h36



Foto apenas ilustrativa (Gerlando Klinger / Ascom/DPPA)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

A **Defensoria Pública do Pará** realiza **mutirão conciliatório** a partir das 8h30 da **próxima sexta-feira (11)** na **Central de Atendimento da DPE-PA**,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

localizada na travessa 1º de Março, número 766, [bairro da Campina](#), em Belém. A ação, que é realizada em parceria com Ministério Público do Pará ([MPPA](#)), busca no processo conciliatório a **resolução permanente de conflitos pré-processuais, ou seja, não judicializados**.

Desde o ano passado, a Defensoria faz o mutirão neste formato. Serão 50 vagas de atendimento disponibilizadas para os serviços de divórcio consensual, acordo de alimentos e dissolução de união estável. Os atendimentos devem ser agendados pelo canal do whatsapp: **(91) 7400-2933**.

O Mutirão Sistêmico é uma oportunidade de solucionar conflitos de maneira mais rápida e orientada. No entanto, a resolução extrajudicial de conflitos é missão institucional da Defensoria e os atendimentos de conciliação são realizados regularmente pelo órgão, em Belém e no interior do Estado. O atendimento também é realizado por agendamento, através do Conexão Defensoria, ligando para o número 129 (Disk Defensoria) ou encaminhando mensagem para o (91) 3201-2727 (whatsapp).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## BELÉM

'Antidemocrática', diz presidente da OAB-PA sobre manifestações que obstruem rodovias do País

Posicionamento da Ordem vem após a subseção do município divulgar uma nota repudiando a ação dos policiais na rodovia BR 163

Daleth Oliveira

08.11.22 21h42



Coletiva de imprensa com o presidente da OAB Pará (Thiago Gomes / O Liberal)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Na segunda-feira (7) **manifestantes e agentes da Polícia Rodoviária Federal** (PRF) entraram em confronto, na BR-163, em Novo Progresso, sudoeste do Pará, onde agentes dizem ter sido atacados com rojões, pedras e objetos diversos. Após o ocorrido, a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no município divulgou uma nota repudiando a ação dos policiais. Nesta terça-feira (8), a OAB-PA, em Belém, esclareceu que o comunicado em questão não reflete o posicionamento da instituição e chamou as manifestações de antidemocráticas.

Caminhoneiros e demais civis apoiadores do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), estão realizando uma série de protestos em todo o País desde o dia 31 de outubro contra a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência. Para chamar a atenção de autoridades, e até mesmo das Forças Armadas, **rodovias importantes para a circulação de mercadorias vêm sendo interditadas.**

Em um pronunciamento oficial, o presidente do órgão no Estado, **Eduardo Imbiriba**, disse que a instituição não tem lado, partido ou ideologia, mas, sim, a obrigatoriedade de defender a democracia, bem como o resultado das eleições, rejeitada por parte dos eleitores do candidato derrotado nas urnas no segundo turno. “Não existe nada que represente mais a democracia que o voto popular. Direito esse que nós, cidadãos brasileiros, conseguimos após décadas de luta. Por isso é obrigação nossa lutarmos pelo respeito à democracia”, defendeu.

#### **Direito de ir e vir**

Para ele, o movimento é antidemocrático por prejudicar os direitos da população, como o de ir e vir, o direito à vida e o de livre exercício do trabalho. Diante disso, Imbiriba afirma que a entidade não vai retroceder. “A Ordem dos Advogados do Brasil como defensora histórica das regras esculpidas e expostas na nossa Constituição, do estado democrático e de direito, dos direitos humanos e justiça

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

social, deve dialogar, cobrar e ajudar quando for necessário e defender todas as instituições envolvidas nesse quadro infeliz de instabilidade e afronta que estamos vivendo. Nós não vamos recuar!”, declarou.

“Mais do que nunca, o diálogo e a cooperação institucional precisam ser a primeira regra de toda a atuação. Uma instituição não pode andar sozinha para a resolução desse quadro. Por isso, é necessário que a Ordem esteja em constante contato com a PRF para ter noção exata do quadro geral, além da Polícia Federal e Polícia Civil, pois são estas instituições que vão apurar possíveis práticas delituosas”, continuou.

Fizeram parte também da coletiva os advogados João Batista, presidente da Comissão de Direito Social da OAB-PA; José Maria Vieira, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA; Claudiovany Teixeira, secretária-geral-adjunta e corregedora da OAB-PA; Ronaldo Fonteles, conselheiro seccional da OAB-PA.

### **Nota de Novo Progresso**

Pela **subseção de Novo Progresso**, os atos dos policiais rodoviários federais foram chamados de “excessivos”. Eduardo Imbiriba disse que a **nota foi publicada sem a consulta dos demais órgãos competentes**. “Estamos esclarecendo à sociedade que faltou um procedimento mais apurado dos fatos, porque todas as vezes que uma instituição vai se manifestar, principalmente em situações dessa natureza, tem que haver um diálogo entre subseção, seccional e o conselho, que é o órgão soberano da classe, mas Novo Progresso se antecipou”, explicou.

Na nota, os advogados do município diziam que seriam adotadas todas as medidas cabíveis para averiguação dos fatos, bem como possível abuso de autoridade dos policiais. O presidente da OAB-PA disse que, apesar do equívoco do pronunciamento, a apuração vai continuar. “A gente deve esperar das instituições a **apuração para sabermos se houve ou não prática de crime de**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**abuso de autoridade**, e essa investigação deve ser feita por órgãos competentes. As imagens do ocorrido ajudam a ter uma noção do que aconteceu, mas a investigação precisa ser aprofundada. Esse é nosso papel, pleitear e cobrar que seja investigado sem tomar partido”, esclareceu o titular do órgão.

“**Foi um erro de comunicação** no calor dos acontecimentos, até pela pressão que devia estar acontecendo naquele momento. Foi uma situação muito complicada, de muita tensão, onde vimos a ocorrência de uma série de afrontas às normas do elemento jurídico. Então, isso deve ser apurado. Nós não devemos nos antecipar, mas sim, cobrar das instituições a devida apuração”, ratificou Imbiriba.

### **Perfis bloqueados**

Diversos políticos e influenciadores brasileiros tiveram os perfis nas redes sociais bloqueados pelas plataformas em resposta a uma demanda judicial, especialmente aqueles que manifestaram apoio aos protestos de caminhoneiros ou alegavam supostas fraudes nas Eleições 2022. Sobre essas suspensões de contas, Imbiriba disse que são justas, em casos que a disseminação de notícias falsas foram comprovadas pela Justiça.

“Não tem problema nenhum em se manifestar. Se alguém acha que o resultado das Eleições não foi justo, a pessoa tem todo o direito de se manifestar, democracia é isso. Precisamos entender que democracia é viver com o posicionamento contrário. Porém, quando essa linha é **ultrapassada da manifestação para a desinformação**, para o ataque às instituições e à honra objetiva e subjetiva das pessoas, disseminação de notícia falsa, aí não existe mais manifestação, e sim um crime. E a conduta criminosa deve ser investigada e se comprovada, punida”, declarou.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Técnico agrícola é absolvido da acusação de matar um dos envolvidos na morte de Dorothy Stang

O caso aconteceu em 2005, no período da noite do mesmo dia em a missionária norte-americana foi assassinada, em 12 de fevereiro

08.11.22 21h11



**O réu não compareceu à sessão, mas prestou depoimento por meio de um aplicativo on-line (Divulgação / TJPA)**

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

O técnico agrícola Geraldo Magela de Almeida, acusado de participar do assassinato de Alberto Xavier Leal, foi absolvido pela 4ª Vara do Tribunal do Júri

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de Belém na segunda-feira (7). O caso aconteceu em 2005 em Anapu, no sudoeste do Pará, no mesmo dia do assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12 de fevereiro. A vítima era conhecida como “Cabeludo” foi morto pelo período da noite. Geraldo era ligado ao grupo da evangelizadora norte-americana e também atuava no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avaliando terras para assentamentos. O réu não compareceu à sessão, mas prestou depoimento por meio de um aplicativo on-line.

A primeira testemunha a ser ouvida foi o delegado de Anapu. As apurações realizadas pela Polícia Civil (PC) constataram que o caso teria sido motivado por conflitos de terra na região de Anapu e supostamente um desdobramento da morte de Dorothy.

De acordo com a PC, um grupo de agricultores revoltados, incluindo Geraldo, com assassinato da religiosa foram até o barraco onde a vítima e a mulher estavam com os filhos. Um dos agricultores teria chamado Adalberto para a rua e outro agricultor chamado apenas de Cláudio efetuou os disparos de arma de fogo nas costas de Adalberto.

Parentes do acusado e irmãs da congregação de Notre Dame estiveram presentes no plenário do júri. Magela negou a autoria do crime e relatou que foi denunciado pelo delegado por represália. O réu disse que ele mesmo teria denunciado a pistolagem naquela região e que tentavam expulsar os assentados, além do pessoal técnico agrícola de apoio que tentava instalar um barracão de apoio aos projetos de desenvolvimento sustentável PDS.

Geraldo afirmou que delatava a violência que os agricultores enfrentavam. Os pistoleiros da área queimavam barracos dos assentados e os ameaçavam de morte, segundo o réu. Magela relatou que acusou a PC de omissão que supostamente foi acionada pelo grupo da missionária. Em contraposição, o

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

delegado alegou que não tinha efetivo pra acompanhar o pessoal até o assentamento.

Depois de algumas horas, os jurados não reconheceram o réu como acusado de homicídio

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# AMAZÔNIA

## POLÍCIA

Acusado de matar vizinho com tiro é absolvido pela Justiça; disparo teria sido acidental

O advogado do réu alegou que o laudo da Polícia Científica do Pará (PCP) descreve a trajetória do projétil

08.11.22 20h33 - Atualizado em 08.11.22 21h14



**foto apenas ilustrativa (Divulgação / TJPA)**

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Sidney Piedade da Rosa, acusado de causar a morte do amigo e vizinho, Carlos Alberto da Silva Teixeira, foi absolvido pela Justiça na última segunda-feira (7) após cerca de quatro horas de júri realizado no Fórum Criminal de Belém. A sessão presidida pela juíza Angela Alice Tuma, jurados do 3º Tribunal do Júri de Belém, acolheram a decisão do entendimento da promotoria, que foi

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

representada pelo promotor Edson Augusto Souza, de que o caso teria sido um acidente. O caso aconteceu no dia 31 de outubro de 2016, no conjunto Bela Manoela, bairro do Tenoné, em Icoaraci, distrito de Belém. As informações foram divulgadas pelo TJPA.

O advogado Edmar Baia, responsável pela defesa do réu, reforçou a tese do réu de ter ocorrido um acidente e que a arma disparou quando o amigo tentou desarmar a vítima. Edmar concluiu que o laudo necroscópico da Polícia Científica do Pará (PCP) descreve a trajetória do projétil.

Outros amigos e vizinhos de Sidney foram testemunhas. Eles na porta de uma das casas confraternizando, quando Carlos cobrou da mulher porque não largava o telefone para dar atenção aos amigos e à conversa do grupo. Logo depois disso, a vítima retirou o telefone da mulher e ela tentou reaver. O casal entrou na casa onde moravam. Carlos ainda pediu às filhas que destravassem o aparelho celular elas começaram a gritar.

Carlos pegou um revólver e ameaçou a mulher. Ela correu para a casa do vizinho para tentar se proteger. O homem atirou contra a mulher duas vezes.

O dono do imóvel e sua mulher avisaram que tinham chamado a polícia. Carlos avisou que não fugiria, porém passou a movimentar a arma descontroladamente. Foi quando Sidney tentou desarmá-lo e aconteceu o disparo acidental, segundo a testemunha.

A companheira de Carlos morreu na casa do vizinho. O atirador chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

O réu alegou que, por orientação do próprio advogado, ficaria em silêncio e não responderia perguntas da magistrada e nem do promotor.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Caso Yasmin: advogados abandonam defesa de Lucas Magalhães após prisão

- [POR ROMA NEWS](#)
- [| 09 DE NOV DE 2022,](#)
- 10:46

Os advogados renunciaram a defesa de Lucas Magalhães nesta terça-feira, 8, [após sua prisão por homicídio doloso, fraude processual, disparo e porte ilegal de arma de fogo.](#) Lucas é o dono da lancha onde estava Yasmin Cavaleiro, morta no dia 12 de dezembro de 2021 durante um passeio de lancha pelo Furo Maguari, em Belém.

A renúncia foi assinada pelos advogados Antônio Pantoja, Frank Souza e Naly Bacha, alegando “foro íntimo” ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A equipe, que faz parte do escritório Tourão Advocacia, representava Lucas Magalhães no processo do caso Yamin.

A defesa de Lucas Magalhães chegou a dizer, [na última sexta-feira, 4, que a prisão ocorrida foi compreendida ilegal](#) e que inexistem os pressupostos para aplicação da prisão preventiva.

### Relembre o caso

[A estudante desapareceu na noite do dia 12 de dezembro, durante um passeio de lancha pelas águas do rio Maguari,](#) em Belém. Cerca de 15 pessoas estavam a bordo da embarcação. Yasmin teria sumido por volta de 22h30, várias hipóteses surgiram sobre o caso, que segue sem conclusão.

O corpo foi encontrado no dia 13 de dezembro, por volta de 12h40, em Icoaraci, na região de marinas particulares, no fundo do rio. A mãe da vítima, Eliene Cristina Fontes, relatou que há três supostas versões do desaparecimento. Uma hipótese supõe que Yasmin teria caído da embarcação. Outra hipótese

menciona que ela teria usado a escada da lancha para urinar e acabou caindo no rio. Uma terceira versão relata que ela teria mergulhado e desaparecido. Durante as investigações, a Polícia Civil descobriu disparos de arma de fogo foram realizados na embarcação.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Ação em Belém promove mutirão de conciliação em casos de divórcio, acordos e dissolução de união estável

**Mutirão sistêmico será realizado pela Defensoria, MP e TJ nesta sexta-feira, 11. Saiba como agendar atendimento.**

Por g1 Pará — Belém

09/11/2022 06h00 Atualizado há 4 horas

---

O Mutirão Sistêmico de Conciliação está recebendo agendamentos para ação, em alusão à Semana Nacional de Conciliação, que será realizada na sexta-feira (11), em [Belém](#).

Para esta edição foram disponibilizadas 50 vagas de atendimento para os serviços de divórcio consensual, acordo de alimentos e dissolução de união estável.

A ação é realizada pela Defensoria Pública do Pará, Ministério Público do Pará (MPPA) e Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), buscando no processo conciliatório a resolução permanente de conflitos pré-processuais, ou seja, ainda não judicializados.

De acordo com a defensora pública Luciana Filizzola, o mutirão "proporciona atendimento concentrado e humanizado para os participantes".

"A ação oferece a possibilidade de as partes encontrarem juntas as soluções possíveis e realizáveis para as suas demandas, em um único dia", pontua.

Os atendimentos devem ser agendados pelo canal de atendimento no Whatsapp até o preenchimento de todas as vagas. O número disponibilizado para o mutirão é **(91) 7400-2933**.

Interessados na conciliação também podem procurar o órgão para agendamento, pelo Conexão Defensoria, ligando para o número 129 (Disk Defensoria) ou encaminhando mensagem para o (91) 3201-2727 (whatsapp).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OAB diz que acompanha caso de estudantes hostilizados por bolsonaristas em ato antidemocrático em Belém

**Presidente da Seção Pará da OAB, Eduardo Imbiriba também afirma que vai acompanhar trabalhos da PF e MPF para que sejam punidos responsáveis por interdição em Novo Progresso.**

Por g1 Pará — Belém

08/11/2022 20h51 Atualizado há 14 horas



OAB acompanha caso de estudantes hostilizados por bolsonaristas em Belém

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA) anunciou, nesta terça-feira (8), que está acompanhando o caso de [estudantes de escola pública hostilizados por grupo de bolsonaristas](#) em ato antidemocrático, contra o resultado das eleições, na av. Almirante Barroso em [Belém](#).

O presidente da OAB Pará Eduardo Imbiriba disse que os responsáveis pelo ato contra o resultado das eleições democráticas, neste caso, podem responder pelos crimes de ameaça e constrangimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A confusão começou depois que um adesivo do candidato eleito à Presidência da República foi colocado no corrimão da passarela onde o grupo estava. Vídeos mostrando o caso repercutiram pelas redes sociais - **assista abaixo**. Em seguida, homens aparecem gritando com os adolescentes, em tom de ameaça. "Me senti bastante intimidado", relata um estudante.



Bolsonaristas xingam e intimidam alunos em Belém

Imbiriba também se posicionou em relação à atitude do presidente da subseção da OAB, em Novo Progresso, onde [viaturas da Polícia Rodoviária Federal \(PRF\) foram atacadas](#) por apoiadores do atual presidente Jair Bolsonaro. O grupo estava interditando a rodovia BR-163.

- [PRF diz que 'manifestantes optaram por atacar a polícia'](#)

Em nota, a OAB em Novo Progresso repudiou os atos excessivos da PRF e disse que vai adotar todas as medidas cabíveis para averiguar possível ocorrência de abuso de autoridade.

Já o presidente da OAB no Pará disse que manifestação da subseção de Novo Progresso "está em desacordo com o posicionamento da OAB no estado".

"Discordamos do teor da nota", anuncia Eduardo Imbiriba. Ele também afirmou que vai acompanhar de perto os trabalhos da Polícia Federal e do Ministério

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Público Federal para que sejam punidos os responsáveis pelo ato antidemocrático, que interditou parte da BR-163 e terminou após viaturas serem atacadas.

### **Desmobilização em Belém**

Na tarde desta terça-feira, uma ação da Prefeitura de Belém, com apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup), **desmobilizou o ato**, que havia iniciado desde o fim das eleições.

O trânsito foi temporariamente interditado por agentes da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob), entre as avenidas Júlio César e Tavares Bastos, durante a operação de desocupação das calçadas e do canteiro central, onde fica a ciclovia da avenida Almirante Barroso.

Caminhões foram usados para recolher 15 barracas e outros materiais dos manifestantes, que estavam acampados na via, ferindo o Código de Postura do município.

Um pequeno grupo resistiu, não quis sair e se posicionou em frente ao portão do 2º Batalhão de Infantaria e Selva (BIS) do Exército.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

**VEJA O VÍDEO!**

## Prefeito de Parauapebas é afastado por 90 dias pela Justiça

Darci Lermen diz que vai recorrer da decisão e que vice-prefeito vai assumir e vai dar andamento nas obras na sua ausência

quarta-feira, 09/11/2022, 10:47 - Atualizado em 09/11/2022, 11:08 - Autor: DOL Carajás



📹 Prefeito de Parauapebas Darci Lermen divulgou vídeo na manhã desta quarta-feira (9). | Reprodução

O prefeito do município de Parauapebas, no sudeste paraense, Darci José Lermen, divulgou um vídeo na manhã desta quarta-feira (9), declarando que vai recorrer da decisão da liminar da Vara Fazenda Pública de Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas.

A liminar emitida nesta terça-feira (8) pelo juiz Lauro Fontes Junior afasta o prefeito de suas atribuições como gestor por um prazo de 90 dias a contar da data do documento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão foi emitida nesta terça nos autos do processo de nº 08076146720228140040, em ação solicitada pelo Ministério Público do Pará, por Improbidade Administrativa.

De acordo como o documento, "atualmente mais de 60% dos servidores públicos seriam contratados, um perfil estrutural que voluntariamente vem sendo implementado, dentro das gestões do atual prefeito".

"Ao iniciar o 1º mês de sua gestão, em janeiro de 2017, o município ostentava entre seus quadros o número de 613 contratados, quantitativo inexpressivo se comparássemos ao mesmo período do ano 2022. É que no mês de janeiro deste ano de 2022 o número dessa categoria de contratados saltou para 5.173. Ou seja, ocorreu uma majoração que ficaria em torno de 841%."

"No mês de junho de 2022, oportunidade em que se concedeu a tutela para bloquear novas contratações ilegais, esse número chegou a 6.455.

Ainda segundo a liminar, "nesses 06 meses teria ocorrido uma escalada de contratações, tendo-se um incremento de 1.282 agentes vinculados à Administração Pública, a grande maioria para exercer a função de auxiliar administrativo, atividade que segundo a Lei n. municipal 4230/02 seria a de "atender ao público, interno e externo, prestando informações simples, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamentos". Ou ainda, "duplicar documentos diversos, operando máquina apropriada, ligando-a e desligando-a, abastecendo-a de papel e tinta, regulando o número de cópias."

O juiz determinou então que o município apresente no prazo máximo de 30 dias, "solução concreta para resolver a inexistência de concurso público, tal como vazado nos termos apresentados pelo MPPA, ou seja, deverá ser apresentado "(...) plano e cronograma completos para a realização de novo concurso público para provimento de cargos na administração pública municipal, sobretudo com descrição pormenorizada dos cargos a serem contemplados e do número de vagas ofertadas."

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“No prazo de 90 dias o número de contratados, então mantidos na Administração Pública, e como resultados das deliberações retro, deverá ser reduzido em no mínimo 50%. O remanescente deverá ser desligado em até 180 dias”, finaliza a decisão.

## **PREFEITO SE PRONUNCIA**

O prefeito Darci Lermen se pronunciou a respeito da situação. Em vídeo, ele diz que "recebeu a notícia com tristeza, mas vamos recorrer. Entendemos que é possível reverter esse pleito. Dizer a todos que mantenhamos a tranquilidade", declarou.

Darci Lermen disse ainda que o vice-prefeito João Trindade, conhecido na região como João Varejão, vai assumir e vai continuar no comando da administração, tocando as obras, serviços, "todos da mesma forma que estávamos tocando", disse.

**Veja o vídeo abaixo:**



Darci Lermen diz que vai recorrer da decisão e que vice-prefeito vai assumir e vai dar andamento nas obras na sua ausência Dol Carajás 02

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Darci Lermen diz que vai recorrer da decisão e que vice-prefeito vai assumir e vai dar andamento nas obras na sua ausência Dol Carajás 02

CLIPPING DE NOTÍCIAS

---

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



5 ANOS APÓS O CRIME

## Casal acusado de matar genro por ciúmes vai a júri popular

Segundo a acusação do Ministério Público, os dois teriam cometido o homicídio por motivo fútil. Crime ocorreu em 2017, em Santarém.

quarta-feira, 09/11/2022, 11:32 - Atualizado em 09/11/2022, 11:32 - Autor: Com informações do O Estado Net



Testemunha presta depoimento diante do Tribunal do Júri, em Santarém. | Reprodução/O Estado Net

No dia 23 de dezembro de 2017, Fabrício Lopes Araújo foi assassinado com golpes de faca. O crime ocorreu na Rua C, no bairro do Maracanã, em Santarém.

Nesta quarta-feira (9), praticamente cinco depois do crime, os responsáveis pelo homicídio serão julgados pelo Tribunal do Júri da Comarca de Santarém.

Jurandir Cancio da Silva e Bety Farias Vieira eram sogros de Fabrício. Segundo o Ministério Público, o casal matou a vítima por ciúmes da filha.

Confira a matéria completa no [portal O Estado Net](#), parceiro do DOL.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## CASO YASMIN

## Advogados de Lucas Magalhães renunciam defesa após prisão

Os advogados alegaram motivo de "foro íntimo" para não dar continuidade à defesa do empresário.

🕒 quarta-feira, 09/11/2022, 10:13 - Atualizado em 09/11/2022, 11:12 - 🧑 Autor: Com informações de Dinan Laredo/RBA TV



📷 Lucas Magalhães foi preso na semana passada; ele era o dono da lancha onde estava Yasmin Macedo. | Reprodução

Depois da prisão de Lucas Magalhães na semana passada, os advogados que o representavam anunciaram, nesta terça-feira (8), a renúncia da defesa. O documento foi assinado em nome do escritório Tourão Advocacia, representado por Antônio Pantoja, Frank Souza e Naly Bacha.

### [Caso Yasmin: dono de lancha é preso em Ananindeua](#)

De acordo com o documento enviado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, os advogados alegaram motivo de "foro íntimo" para não dar continuidade à defesa do empresário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A equipe havia sido contratada para atuar na defesa do rapaz no processo que tem como vítima a jovem Yasmin Macedo.

Lucas foi preso na [semana passada](#) em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. Ele possuía uma ordem judicial de prisão e já estava sendo monitorado. Ele foi indiciado por homicídio doloso, com dolo eventual (porque não estava habilitado para conduzir a lancha, que estava superlotada), fraude processual, disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo.

Lucas é o dono da lancha onde estava Yasmin, estudante, modelo e influenciadora digital que fazia um passeio de lancha pelo Furo do Maguari, em Belém, [em 12 de dezembro de 2021](#). Até hoje, a família da moça convive com a angústia de não saber o que, de fato, aconteceu naquela noite, quando a jovem desapareceu nas águas. Seu corpo foi encontrado [um dia depois](#).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)